



## Informação à Imprensa

# Carlos Coelho ataca o governo de Malta por "venda da Cidadania Europeia"

Estrasburgo, 15-01-2014

[www.carloscoelho.eu](http://www.carloscoelho.eu)

O Parlamento Europeu debateu hoje, em Estrasburgo, a questão da venda da Cidadania Europeia.

**Para Carlos Coelho**, Membro efectivo da Comissão das Liberdades, Justiça e Assuntos Internos, "**a cidadania europeia é um princípio fundamental, sobretudo para os que acreditam na Europa dos cidadãos e não aceitam uma Europa limitada aos capitais e às mercadorias**" acrescentando que a cidadania europeia desenvolveu-se de forma a constituir uma fonte de direitos reais e concretos, contribuindo para um sentimento de pertença à União Europeia e para o reforço de uma identidade europeia.

Não existe nenhuma forma autónoma de aquisição da cidadania da União, que não seja através da obtenção da nacionalidade de um Estado-Membro tendo cada Estado-Membro regras próprias para a atribuição da sua nacionalidade "**mas isso não deve comportar a venda da cidadania europeia**", frisou o eurodeputado.

**É nisso porém que se consubstancia o esquema anunciado pelo Governo Maltês de venda de nacionalidade.**

Carlos Coelho recordou no debate desta tarde que "*muitos Estados-Membros têm legitimamente adoptado medidas para atrair investimento estrangeiro, facilitando autorizações de residência, que permitem residir nesse Estado-Membro e circular pelo território dos outros Estados Schengen durante um período máximo de 3 meses, sem poder fixar residência ou trabalhar noutra Estado-Membro, e claro está, sem acesso à cidadania europeia*" tendo alertado porém que "**o esquema que o Governo Maltês pretende introduzir nem sequer prevê a necessidade de residência e de existência de uma ligação genuína com o país, sendo o critério financeiro o único critério para a obtenção de nacionalidade, que implica um direito automático à cidadania europeia, com todos os direitos e obrigações que lhe são inerentes, quer no interior do território da União, quer no seu exterior**".

O social-democrata demonstrou a sua concordância com a Vice-Presidente Reding quando afirmou que os direitos não devem ser objecto de comércio. "**Os direitos não se compram, reconhecem-se e exigem responsabilidade. O que está a acontecer em Malta terá um impacto negativo sobre a cidadania europeia**", afirmou o Relator permanente do Parlamento Europeu para Schengen, Carlos Coelho.

Carlos Coelho, é Deputado ao Parlamento Europeu, membro efectivo da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) e membro suplente da Comissão do Desenvolvimento (DEV)



## Informação à Imprensa

Ao concluir o social-democrata pediu à Comissão Europeia que tome todas as iniciativas que se afigurem possíveis e necessárias, de acordo com o Princípio da cooperação sincera (nos termos do Artigo 4, nº 3 do TUE), de forma a proteger algo de tão valioso para todos os cidadãos europeus, que é **a cidadania europeia – que não pode estar à venda!**

Carlos Coelho, é Deputado ao Parlamento Europeu, membro efectivo da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) e membro suplente da Comissão do Desenvolvimento (DEV)